

# A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS CIDADES DO CONSÓRCIO DO GRANDE ABC E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: AVANÇOS E RETROCESSOS

THE EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE CITIES OF ABC REGION CONSORTIUM AND THE NATIONAL EDUCATION PLAN: ADVANCES AND REVERSIONS

**Nonato Assis de Miranda**

Doutor em Educação. Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Universidade Paulista, São Caetano do Sul, SP – Brasil.  
[mirandanonato@uol.com.br](mailto:mirandanonato@uol.com.br)

**Ana Sílvia Moço Aparício**

Doutora em Linguística Aplicada. Professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, SP- Brasil.  
[anaparicio@uol.com.br](mailto:anaparicio@uol.com.br)

**Maria de Fátima Ramos de Andrade**

Doutora em Comunicação e Semiótica. Professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, SP- Brasil.  
[mfrda@uol.com.br](mailto:mfrda@uol.com.br)

**RESUMO:** Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa de cunho explicativo-descritivo realizada nas cidades do Grande ABC, que analisou os indicadores de oferta da educação infantil nessa região tomando-se como base as metas do PNE 2001-2010 e a meta 1 do PNE 2014-2024. Os resultados mostram que, em todos os municípios investigados, a meta de atendimento de, pelo menos 80% das crianças de 4 a 5 anos de idade, até 2010, foi alcançada. Contudo, o mesmo não pode ser dito para a faixa etária das crianças de 0 a 3 anos, pois apenas São Caetano do Sul atendeu a essa demanda. Os demais municípios contabilizaram, em 2010, um atendimento, em creches, inferior aos 50% previstos no PNE 2001-2010. Esses resultados sinalizam que os municípios estão cumprindo a EC 59/2009, mas a primeira infância está em segundo plano, o que pode prejudicar o cumprimento da meta 1 do PNE 2014-2024.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação infantil. Plano Nacional de Educação. Políticas públicas de educação.

**ABSTRACT:** This text presents the results of an explanatory and descriptive research held in the cities of the ABC region which analyzed the supply indicators of early childhood education in this region, based on the goals of the National Education Plan (PNE) 2001-2010 and the goal 1 of the PNE 2014-2024. The results show that in all cities investigated, the attendance goal of at least 80% of all the children aged 4 or 5, until 2010, was

achieved. However, the same cannot be said for the age group of 0 to 3, because only São Caetano do Sul has met that demand. The remaining cities accounted for, in 2010, a service in kindergarten lower than the expected 50% in PNE 2001-2010. These results indicate that the cities are achieving the EC 59/2009, but the early childhood is in the background, which may compromise the success of the goal 1 of the PNE 2014-2024.

**KEY WORDS:** Early childhood education. Education National Plan. Public policy education.

## Introdução

No final do século XX, as discussões a respeito da expansão da educação infantil ocupou espaço significativo na construção de políticas públicas. Atualmente é consenso que a educação infantil está inserida no âmbito da educação e tanto educadores quanto pesquisadores já reconhecem a importância do trabalho desenvolvido nesse contexto para o desenvolvimento integral nos primeiros anos de vida.

A educação infantil tem como foco fazer com que todas as crianças tenham acesso aos elementos que compõem sua cultura, enriquecendo o seu desenvolvimento tanto cognitivo quanto físico e social. Em sentido amplo, ela engloba todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória (BRASIL, 2005).

No Brasil, o maior destaque atribuído à educação infantil ocorreu, na década de 1980, quando a Constituição Federal a incluiu no capítulo da Educação, determinando, no inciso IV do artigo 208, que “[...] a educação infantil, em creche e pré-escola, destinada às crianças de até cinco anos de idade [...]” é dever do Estado e direito das crianças nessa faixa etária (CORREA, 2011).

Com isso, cria-se, para o sistema educacional, uma obrigação de responder a esta nova demanda: a de se conferir às instituições que atendem crianças um caráter educacional (BRASIL, 1988; CERISARA, 1999; NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011).

Destaca-se que essa nova organização da educação infantil foi importante para a sociedade como um todo, na medida em que a subordinação do atendimento em creches e pré-escolas à área da educação represen-

tu, por exigência constitucional, um grande passo em direção à superação do caráter assistencialista predominante nos anos anteriores à Constituição de 1988 (CAMPOS; ROSENBERG; FERREIRA, 1995).

Portanto, é nesse contexto que a educação infantil passou a fazer parte da agenda das políticas públicas, ou seja, a ganhar proeminência e visibilidade nos planos do Governo Federal por meio de ações e metas vinculadas a este nível de ensino (VIEIRA, 2010), como é o caso do PNE 2001-2010, do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2) cujas metas estão articuladas às metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007 e, por último, do novo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei n.º 13.005/2014 para a década de 2014-2024, segundo propostas referendadas na Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010).

Diante do exposto, o propósito deste estudo é analisar os indicadores de oferta da educação infantil nos municípios do Consórcio do Grande ABC, tomando como base os resultados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo de 2010 – para compará-los com as metas do PNE 2001-2010.

Busca-se também confrontar esses resultados obtidos com as metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), dentre as quais figura-se a de se universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2024, a oferta de educação infantil de forma a atender, no mínimo, a 50% da população de até três anos.

Entende-se que, com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 59/2009, que torna obrigatório o ensino dos quatro aos dezessete anos e do novo PNE (2014-2024), cuja meta 1 é voltada para a educação infantil, a análise de indicadores municipais faz-se necessária para que se possa compreender a situação dos governos locais no que tange à garantia da oferta de educação sob sua responsabilidade (GUIZZO; FELIPE, 2012).

Ademais, a LDB n.º 9.394/96, ao mesmo tempo em que regulamentou a educação infantil, determinou a municipalização desta etapa e do ensino fundamental (NASCIMENTO, 2011). Portanto, a análise de indicadores de oferta de matrículas na esfera municipal é fundamental para cotejá-los com as metas do PNE já que, “[...] no Brasil, o Estado responde pela garantia do conjunto de direitos sociais, embora, como federação, haja

uma distribuição de competências entre os entes federados para a oferta da educação” (NASCIMENTO, 2011, p. 152).

Para a explicitação da análise dos dados e das reflexões que realizamos, apresentamos, primeiramente, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa e, na sequência, a análise dos indicadores por município.

## Procedimentos metodológicos

Considerando-se que método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, pode-se dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com vistas a alcançar determinado objetivo (DEMO, 2000; PRODANOV; FREITAS, 2013). Nesses termos, com o propósito de atingir o conhecimento, esta pesquisa demonstra-se de cunho explicativo-descritivo e busca aumentar o entendimento acerca da oferta do cumprimento de metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) em municípios do Grande ABC no que concerne à oferta de vagas para educação infantil.

Para Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, enquanto as explicativas pesquisam, mais profundamente, o conhecimento da realidade, de forma que, ambas, são procedimentos racionais, cujo objetivo é encontrar respostas aos problemas que são propostos.

Para isso, realizamos uma coleta de dados reunindo indicadores de matrícula na educação infantil nos sete municípios que compõem o Consórcio do Grande ABC Paulista<sup>1</sup> segundo dados do IBGE (BRASIL, 2012).

Partindo-se do pressuposto de que os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem (NEVES, 1996), esta pesquisa associa a coleta de dados quantitativos (número de matrícula, população de 0 a 5 anos, população total) com dados qualitativos (metas do Plano Nacional de Educação).

## Apresentação e análise dos indicadores da educação infantil nos municípios do Grande ABC

### Diadema

De acordo com a Fundação Seade, o município de Diadema, com uma área geográfica de 30,840 Km<sup>2</sup> e 386.089 habitantes, registrou, em 2009, o terceiro maior PIB *per capita* da região estudada: R\$25.066,30. No mesmo ano, apresentava 9.833 matrículas na educação infantil sendo que, desse total, 7.360 crianças frequentavam escolas da rede municipal e 2.627 do setor privado.

Por sua vez, para o IBGE (BRASIL, 2012), a educação infantil apresentou, em 2010, nesse município um quadro diferente. Constatou-se que, de uma população total de 22.003 crianças, de 0 a 3 anos de idade, 4.944 cursavam creches (públicas ou particulares), ou seja, 22,4%. Quanto às crianças de 4 a 5 anos de idade, de um quantitativo de 11.620, 9.580 estavam frequentando a pré-escola (82,4%).

Considerando-se que, em 2010, Diadema contava com uma população de crianças de 0 a 5 anos de 33.623 pessoas, mais de 43% delas estavam matriculadas no sistema escolar. Por outro lado, quanto ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), o município, com apenas 22,4% de crianças de 0 a 3 anos de idade frequentando creches, ficou muito aquém da meta estabelecida, que era de 50%. Entretanto, na faixa etária de 4 a 5 anos de idade, o município, ao atender 82,4% dessa faixa etária da população, superou a meta prevista de 80%.

Contudo, os dados não trazem informações quanto à natureza administrativa dos ambientes escolares frequentados pelos alunos. Portanto, não é possível afirmar se esse resultado é fruto de políticas públicas de educação infantil ou se a maior parte das crianças frequentava escolas particulares.

Partindo-se do pressuposto de que os municípios ficaram responsáveis pela educação infantil (BRASIL, 1988), os dados mostram que Diadema, em certa medida, vem se esforçando para atender a esse preceito constitucional, mas ainda há muito a ser feito para cumprir o previsto na meta 1 do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014).

Para conseguir universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos e ampliar, até 2024, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até três anos, o município de Diadema terá que repensar suas políticas públicas para educação infantil. Por outro lado, não se pode dizer o mesmo acerca do atendimento ao previsto na Emenda Constitucional n.º 59/2009. Portanto, nos próximos anos, devem-se repensar os investimentos na faixa etária das crianças de 0 a 3 anos de idade cujos resultados sinalizam que ficaram em segundo plano.

## Mauá

Com população total de 417.064 pessoas vivendo em uma área de 62,29 Km<sup>2</sup>, o município de Mauá tinha, em 2009, 7.567 registros de crianças de 0 a 5 anos matriculadas em escolas públicas municipais (6.571) e particulares (996).

Em 2010, Mauá contava com 35.264 crianças de 0 a 5 anos de idade. Desse total, 22.684 estavam na faixa etária de 0 a 3 anos de idade e apenas 23% (5.240) delas frequentavam a escola. Quanto às crianças de 4 a 5 anos, de um total de 12.580, 86% delas (10.836) cursavam a pré-escola.

Com PIB *per capita* de R\$ 15.749,72, Mauá representa a quinta posição entre as cidades do Consórcio Grande ABC. Apesar de ser considerado um município rico, dados apontam que ele não tem investido em políticas educacionais para primeira infância. Aliás, o município de Mauá caiu, em 2006, do grupo 1 (Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais) para o grupo 2, em 2008 (municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais), do Índice Paulista de Responsabilidade Social (SEADE, 2012).

Nesse contexto, o município de Mauá terá que se esforçar muito no que se refere ao cumprimento da meta do PNE 2014-2024, no que tange à educação infantil, já que os dados sugerem que a primeira infância não tem feito parte das políticas educacionais desse município, nos últimos anos.

## Ribeirão Pires

Considerado um dos municípios menos favorecidos, economicamente, da região do Grande ABC, Ribeirão Pires, com PIB *per capita* de R\$ 14.564,09 (IBGE, 2012), contava, em 2010, com 8.206 crianças de 0 a 5 anos de idade. O mesmo instituto mostra que, em 2009, esse município tinha apenas 2.420 crianças matriculadas na educação infantil municipal (1.875) e particular (545), ou seja, cerca de 30% delas.

Por sua vez, em 2010, 1.582 crianças de 0 a 3 anos de idade estavam matriculadas em creches de Ribeirão Pires, ou seja, 29,3%, não atendendo, portanto, o previsto na Lei n.º 10.172/2001 (PNE 2001-2010). Quanto às crianças de 4 e 5 anos, neste mesmo ano, constatou-se que, de um total de 2.819, 83,6% frequentavam unidades pré-escolares. Tal resultado ajuda a explicar o fato de o município ter se mantido no grupo 1 (2006-2008), ou seja, grupo de municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais no Índice Paulista de Responsabilidade Social (SEADE, 2012).

Por outro lado, para dar conta da meta 1 do PNE (2014-2024), ou seja, atender, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches até o término da vigência desse PNE, faz-se necessária a reorganização do orçamento municipal prevendo mais recursos para a educação infantil, uma vez que, até o ano de 2010, quase 70% das crianças não tinham vagas nas creches municipais.

## Rio Grande da Serra

Considerado o mais pobre dentre os sete municípios do Grande ABC, Rio Grande da Serra tem um PIB *per capita* de R\$ 10.134,87 e conta com uma população de 43.974 habitantes, vivendo em uma área de 36,877 Km<sup>2</sup>.

A população de crianças de 0 a 5 anos, em 2010, era de 4.036, sendo que, em 2009, o município tinha 878 matrículas registradas na educação infantil, das quais, 764 em escolas municipais e 114 em escolas da rede particular. Considerando-se que a educação infantil é um direito e não uma obrigação do Estado, o PNE 2001-2010 propôs que a oferta pública

de educação infantil fosse concedida, prioritariamente, às crianças das famílias de menor renda; contudo, ao que parece, isto não ocorreu em Rio Grande da Serra.

Quando se analisa os indicadores da educação infantil nesse município, as metas do PNE 2001-2010 e do novo PNE 2014-2024, nota-se que o município deixou a desejar nos últimos anos e, dificilmente, conseguirá alcançar as metas para os próximos anos já que apenas 18% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam as creches em 2010.

Esse quadro pode ser confirmado considerando-se que o investimento em políticas sociais não tem sido uma prioridade do município, nos últimos anos, tomando-se como base a posição que ele vem ocupando no Índice Paulista de Responsabilidade Social. Constatou-se que o município caiu do grupo 2 em 2004 (municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais) para o grupo 4 em 2006 (municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade), conforme aponta a Fundação Seade (SÃO PAULO, 2012).

Por outro lado, não se pode dizer o mesmo acerca das crianças de 4 a 5, quando se constata que, de um total de 1.420, cerca de 80% delas (1.146) estavam frequentando a pré-escola em 2010.

## Santo André

Santo André é o quarto município mais rico do Grande ABC, com um PIB *per capita* de R\$ 21.843,91 e uma população total de 676.407 habitantes, vivendo em 174,947 Km<sup>2</sup>. Com o 14º melhor IDH do país (PNUD, 2013), Santo André apresentava, em 2010, uma população de 47.851 crianças de 0 a 5 anos, das quais, apenas 13.107 (27,7%) estavam matriculadas na educação infantil em 2009. Ademais, do total de matrículas nessa faixa etária, verificou-se que 49% dessas crianças encontravam-se em escolas particulares, o que induz pensar que o município, apesar de ser considerado rico, pouco investe na educação infantil.

Se a educação infantil é um dever do Estado (inciso IV do Artigo 208 da CF de 1988), mas a matrícula é facultativa para o aluno, o baixo índice de oferta de educação infantil na rede pública municipal de Santo André pode

ser explicado, em partes, por esta razão. Contudo, é difícil compreender por que quase 70% das crianças de 0 a 3 anos de idade não estão nas creches ou pré-escolas, conforme dados do Censo Demográfico 2010.

Portanto, no que diz respeito ao cumprimento de metas do PNE (2001), nota-se que Santo André, apesar de ser um município com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais do IPRS da Fundação Seade, não atingiu a meta de 50% de atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches em 2010.

Por sua vez, de um total de 16.379 crianças de 4 a 5 anos, 85% (13.953) delas estavam frequentando a educação escolar em 2010. Com isso, nessa faixa etária, Santo André superou os 80% de atendimentos previstos no PNE 2001-2010 para o final da década.

Com esses indicadores, o município não terá problemas para cumprir a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos, conforme prevê a EC n.º 59/2009, e muito menos o contido na meta 1 do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014). Contudo, o mesmo não pode ser dito quanto ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos. Portanto, se não houver investimento financeiro nessa faixa etária, bem como vontade política, o município corre o risco de, em um futuro não muito distante, deixar de ostentar a posição invejável no IDHM que ocupa entre os municípios brasileiros.

## São Bernardo do Campo

São Bernardo do Campo, o maior e mais populoso município, tem um PIB *per capita* de R\$ 35.680,05, o segundo da região do Grande ABC e uma população de 765.463 habitantes, vivendo numa área de 408,773 km<sup>2</sup>.

No âmbito educacional, verificou-se que, em 2009, o município atendia 26.232 crianças em escolas da rede municipal (23.222) e particulares (3.010). Isso nos leva a crer que quase 45% das crianças cursavam escolas de educação infantil.

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2012), em 2010, São Bernardo do Campo contava com uma população de 59.206 crianças de 0 a 5 anos de idade. Desse total, 39.300 faziam parte da população residente no município na faixa etária de 0 a 3 anos, das quais, 35% (13.864) estavam frequentando creches públicas ou particulares. Com base nessa informa-

ção, nota-se que São Bernardo do Campo também não cumpriu as metas previstas no PNE (2001) quanto ao atendimento de 50% dessas crianças em 2010.

Não obstante, o município de São Bernardo do Campo, com 93% das crianças de 4 a 5 anos frequentando, em 2010, a educação pré-escolar, superou as metas do PNE 2001-2010, o que supõe pensar que ele não terá problemas em universalizar o atendimento dessa faixa etária em 2016, conforme previsto na meta 1 do PNE 2014-2024.

## São Caetano do Sul

São Caetano do Sul, o município mais rico da região, tem um PIB *per capita* de R\$ 58.649,65, uma população estimada de 149.263 habitantes, vivendo em uma área de 15,36 km<sup>2</sup>, a menor dentre as cidades do Grande ABC.

Em 2009, o município contabilizava 2.681 crianças matriculadas em escolas municipais (1.977) e escolas particulares (704), segundo dados do IBGE, mas essas informações são divergentes daquelas que constam no site da Secretaria da Educação de São Caetano do Sul.

Por outro lado, de acordo com informações do Censo Demográfico 2010, São Caetano do Sul atendia, neste mesmo ano, de um total de 5.631, 57% (3.202) das crianças de 0 a 3 anos, em creches públicas, conveniadas ou particulares. Diante disso, ele é o único município do Grande ABC que conseguiu cumprir a meta do PNE (2001) com a educação infantil quanto ao atendimento de pelo menos 50% de crianças nessa faixa etária. Ademais, valendo-se dos mesmos indicadores, nota-se que o município, basicamente, universalizou o atendimento de crianças de 4 a 5 anos nas pré-escolas públicas e particulares. Em 2010, de um total de 2.856 crianças desse nível de ensino, 97% estavam frequentando a educação escolar.

Dentre outros motivos, a prioridade atribuída à educação infantil em São Caetano do Sul ajuda a explicar o porquê de o município ostentar o primeiro lugar no *ranking* do IDHM de 2010.

Para efeito de comparação dos resultados, será apresentada, a seguir, uma tabela (1) com os indicadores da educação infantil no Grande ABC paulista.

**Tabela 1: Indicadores da educação infantil na região do Grande ABC paulista**

Município	População	Total	N. Freq. Escolar	% Freq. Escolar	Excluídos Ed. Inf.	% Exclusão EI
Diadema	0 a 3 anos	22.003	4.944	22,4	17.059	77,6
	4 a 5 anos	11.620	9.580	82,4	2.040	17,6
	0 a 5 anos	33.623	14.524		19.099	<b>56,8</b>
Mauá	0 a 3 anos	22.684	5.240	23	17.444	77
	4 a 5 anos	12.580	10.836	86	1.744	14
	0 a 5 anos	35.264	16.076		19.188	<b>54,4</b>
Ribeirão Pires	0 a 3 anos	5.387	1.582	29,3	3.805	70,7
	4 a 5 anos	2.819	2.358	83,6	461	16,4
	0 a 5 anos	8.206	3.940		4.266	<b>52</b>
Rio Grande da Serra	0 a 3 anos	2.616	471	18	2.145	82
	4 a 5 anos	1.420	1.146	80,7	274	19,3
	0 a 5 anos	4.036	1617		2.419	<b>60</b>
Santo André	0 a 3 anos	31.472	9.649	30,6	21.823	69,4
	4 a 5 anos	16.379	13.953	85	2.426	15
	0 a 5 anos	47.851	23.602		24.249	<b>50,6</b>
São Bernardo do Campo	0 a 3 anos	39.300	13.864	35,3	25.436	64,7
	4 a 5 anos	19.906	18.512	93	1.394	7
	0 a 5 anos	59.206	32.376		26.830	<b>45,3</b>
São Caetano do Sul	0 a 3 anos	5.631	3.202	57	2.429	43
	4 a 5 anos	2.856	2.771	97	85	3
	0 a 5 anos	8.487	5.973		2.514	<b>29,6</b>

Fonte: IBGE/Censo (2010). Elaborada pelos autores.

Analisando-se os dados dessa tabela, nota-se que as metas previstas para a educação infantil no PNE de 2001 foram, plenamente, alcançadas nos sete municípios investigados para a faixa etária de 4 e 5 anos e, em quatro, na faixa etária de 0 a 3 anos. Contudo, quando se avalia a alíquota de crianças de 0 a 5 anos fora do sistema educacional, constata-se um percentual bastante elevado; girando entre 30% e 60%. Esses dados revelam

que, tanto em nível federal quanto local, ainda há muito que se fazer, principalmente, com relação à creche, em termos quantitativos, mas sem deixar de lado os qualitativos (GUIZZO; FELIPE, 2012).

Destaca-se que a oferta e a manutenção dessa modalidade de ensino comportam um regime de colaboração envolvendo o poder público municipal, tendo a educação infantil como uma de suas ações prioritárias e, subsidiariamente, os poderes públicos estadual e federal, o que, a princípio, não vem ocorrendo, em boa parte dos municípios investigados, com relação à oferta de educação às crianças de 0 a 3 anos de idade.

Isso é lamentável porque a educação infantil, além de ser um direito da criança, caracteriza-se como uma política que tem se mostrado bastante positiva para o sucesso escolar (MACEDO; DIAS, 2011). Segundo essas autoras, estudo realizado no Brasil pelo Banco Mundial em 2001 concluiu que as pessoas que tiveram acesso a programas pré-escolares obtiveram mais êxito em sua escolaridade.

Em síntese, esse quadro aponta que, por um lado, os municípios investigados vêm implementando medidas com vistas ao atendimento da obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos, conforme prevê a EC n.º 59/2009 e a meta 1 do PNE 2014-2024. Por outro, o mesmo não pode ser dito em relação à primeira infância. Assim, concorda-se com Nascimento (2011, p. 155), para quem “Não há dúvida de que atribuir característica antecipatória à educação de crianças de 4 e 5 anos fará com que a identidade da educação infantil, em construção [...] tenda a se fragmentar”, na medida em que atribui-se tratamento diferenciado a um mesmo nível de ensino.

Depreende-se com isso que a obrigatoriedade da educação, a partir dos 4 anos de idade, já parece indicar, no próprio PNE, a omissão do poder público e a possível escassez de oferta de educação para as crianças de 0 a 3 anos, o que o “[...] afasta da lógica da educação como direito e bem público universal” (CAMPOS; CAMPOS, 2012, p. 23). Assim, concordamos com as autoras, para quem, o PNE 2014-2024 não indica avanços para a educação da criança de 0 a 3 anos de idade, na medida em que traz a visão da educação compensatória como remédio para a pobreza e reforça a segmentação do atendimento na educação infantil. São, portanto, retrocessos que dificultam “[...] a luta pela definição de uma política articulada para a área” (CAMPOS; CAMPOS, 2012, p. 27).

## Considerações finais

As metas do PNE 2001-2010, no âmbito nacional, eram de atender, em um prazo de 5 anos, 30% das crianças de 0 a 3 anos e 60% de 4 a 6 anos. Ao fim desse período, ou seja, em 2010, esse atendimento deveria chegar aos 50% de crianças de 0 a 3 anos e 80% de 4 a 6 anos<sup>2</sup>.

A proporção de crianças, na faixa etária de 4 a 5 anos, que frequentava a educação escolar em 2008 alcançou a média nacional de 80%, índice que responde com antecipação à meta prevista para 2010 (VIEIRA, 2010).

Por sua vez, na região do Grande ABC, a situação não foi diferente já que, nesse mesmo período, todos os municípios investigados conseguiram atender a um percentual igual ou superior a 80% das crianças de 4 a 5 anos de idade em pré-escolas públicas ou particulares. Por outro lado, o mesmo não ocorreu com a faixa etária das crianças de 0 a 3 anos de idade.

Dentre os sete municípios investigados, apenas São Caetano do Sul superou a meta de atendimento a esse público em creches públicas ou conveniadas no ano de 2010. Os demais municípios ficaram bem aquém do percentual previsto no PNE 2001-2010. Esse quadro é preocupante, considerando-se que o PNE 2014-2024 prevê o atendimento de, no mínimo 50% das crianças nessa faixa etária até o final sua vigência (BRASIL, 2014), sendo que a

[...] questão relacionada a esta etapa de educação não é de evasão e muito menos de repetência. As inúmeras ações em andamento na justiça brasileira referem-se à busca da garantia de oferta de vaga na educação infantil. Esta questão fica mais perceptível por ser uma responsabilidade do município. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 140).

Nesses termos, analisando-se os resultados desta pesquisa, depreende-se que a realidade nacional está refletida no âmbito municipal, na medida em que, em 2001, apenas 10,6% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam creches (VIEIRA, 2010). No período compreendido entre 2001 e 2008, o atendimento de crianças em creche, no país, cresceu apenas 8,7 pontos percentuais, alcançando 18,1%, ritmo insuficiente e muito distante

da meta prevista no PNE (2001), ou seja, de garantir a matrícula de 50% das crianças de 0 a 3 anos até 2010.

Esse quadro é explicado, em partes, pela dicotomia da educação infantil em creches e pré-escolas, bem como sua não obrigatoriedade, no que diz respeito às creches, fazendo com que o poder público não as priorize em suas políticas públicas (NASCIMENTO, 2011). Ademais, esse resultado revela a desigualdade de ingresso na educação infantil, sendo as crianças pobres e negras excluídas do acesso às creches e pré-escolas, o que leva a avaliar que “[...] a política educacional para as crianças pequenas continua sendo restrita, seletiva e racista, mesmo em tempos de afirmação da diversidade como um valor que orienta as políticas nacionais de educação” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; MORUZZI, 2012, p. 96).

O mais grave é que parece não haver mudanças no novo PNE 2014-2024, o qual atende, parcialmente, às indicações da CONAE, “[...] avança pouco e não demonstra nenhum rompimento com as concepções anteriores de infância e criança, [...] e compreende a educação infantil como investimento com retorno garantido a ser aferido no IDEB” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; MORUZZI, 2012, p. 99).

Portanto, os desafios para mudança na educação infantil são muitos, pois os dados quantitativos e qualitativos referentes à educação em creches e pré-escolas mostram que, para a expansão da oferta, com qualidade, conforme preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), demandam esforços e vontade política. Além disso, é especialmente desafiador o cumprimento da universalização da educação pré-escolar determinada na Emenda Constitucional n.º 59, que deverá ser atingida até o ano de 2016 (BARRETO, 2012) e a expansão da oferta de vagas na primeira infância, conforme o previsto na meta 1 do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014).

## Notas

- 1 O Consórcio Intermunicipal Grande ABC reúne sete municípios – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – para o planejamento, a articulação e definição de ações de caráter regional, tendo sido transformado em órgão público para adequar-se à Lei n.º 11.107, de 2005.
- 2 Em 2005, a Lei n.º 11.114 alterou a redação dada à LDB e tornou obrigatório o ingresso no Ensino Fundamental aos seis anos. Em 2006, outra lei também acabou por atingir a Educação

Infantil, a Lei 11.274/2006, que ampliava o Ensino Fundamental para nove anos e tornava obrigatória a inclusão da criança de seis anos de idade nesse nível de ensino.

## Referências

- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; MORUZZI, Andrea Braga. O Plano Nacional de Educação e a normatização da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; AQUINO, Ligia Maria Leão (Org.). *Educação infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 83-102.
- BARRETO, Angela Rabelo. Matrícula na educação infantil: desafios e encaminhamentos. *Salto para o Futuro*, ano XXII, boletim 8, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/12040508-EEMatriculaEduInfantil.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2014.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 2 dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. *IBGE*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 14 dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. *IBGE Cidades: São Paulo*. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 2 maio 2014.
- \_\_\_\_\_. *Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 5 maio 2014.
- \_\_\_\_\_. *Lei n.º 11.274, de 06 de fevereiro de 2006*: altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 15 maio 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. *Livro de estudo*. Organizado por Mindé Badauy de Menezes e Wilsa Maria Ramos. Brasília, DF, 2005. (Proinfantil 2).

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. *Creches e pré-escolas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMPOS, Roselane Fátima; CAMPOS, Rosânia. Políticas para a educação infantil e os desafios do novo Plano Nacional de Educação: similitudes e divergências entre as experiências brasileira e de outros países latino-americanos. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; AQUINO, Lígia Maria Leão (Org.). *Educação infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 9-30.

CERISARA, Ana Beatriz. *Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?* Florianópolis: Perspectiva, 1999.

CORREA, Bianca. Educação infantil e o ensino fundamental: desafios e desencontros na implantação de nova política. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 105-120, jan./abr. 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil Cury; FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. Obrigatoriedade da educação das crianças e Adolescentes: uma questão de oferta ou de Efetivo atendimento? *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, ano XVII, v. 17, n. 18, p. 124-145, jan./dez. 2010.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Legislação e políticas públicas para a educação infantil: articulações com a formação docente. *RBP AE*, Goiânia, v. 28, n. 3, p. 629-643, set/dez. 2012.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves. A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil. *RBP AE*, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 165-184, maio/ago. 2011.

NASCIMENTO, Maria Letícia. Algumas considerações sobre a infância e as políticas de educação infantil. *Educação & Linguagem*, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 23/24, p. 146-159, jan./dez. 2011.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/Co3-arto6.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. *Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*. Brasília, DF: Unesco/MEC/SEB/Fundação Orsa, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214418por.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PNUD 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÃO PAULO. *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em: 15 maio 2012.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. A educação infantil e o plano nacional de educação: as propostas da CONAE 2010. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 809-831, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Recebido em 15 mar. 2015 / Aprovado em 6 jun. 2015

Para referenciar este texto

MIRANDA, N. A.; APARÍCIO, A. S. M.; ANDRADE, M. F. R. A educação infantil nas cidades do consórcio do Grande ABC e o Plano Nacional de Educação: avanços e retrocessos. *EccoS*, São Paulo, n. 37, p. 59-75, maio/ago. 2015.

